

Resenha

Fronteiras: paisagens, personagens e identidades

Dora Isabel Paiva da Costa¹

dora@fclar.unesp.br

GUTIÉRREZ, H.; NAXARA, M. e LOPES, M.A. de S. 2003. *Fronteiras: paisagens, personagens e identidades*. Franca, UNESP/São Paulo, Olho d'Água, 300 p.

A coletânea sob resenha publica artigos que tratam do tema fronteira, ainda muito pouco estudado no Brasil, incorporando uma acepção plural e polissêmica, reúne artigos de onze professores universitários de países como México, Argentina e Brasil com objetivo de pensar as experiências de povos, etnias e imaginários presentes nos processos de construção de identidades relativas às nações e regiões do espaço latino-americano tão rico e multicultural que desafia paradigmas e explicações acadêmicas de longa tradição.

Estas pesquisas possibilitam estabelecer parâmetros comparativos numa dimensão continental, apresentam em conjunto uma bibliografia internacional bastante atualizada e constitui-se em leitura obrigatória para acadêmicos que desejam adentrar ao tema.

O primeiro artigo tem como título “Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América” da professora Maria Aparecida de Souza Lopes, o qual apresenta um panorama dos principais temas tratados pelos historiadores da fronteira norte-americana e mexicana, bem como o papel que tais estudos tiveram no imaginário intelectual norte-americano a partir da década de 1940. Rica e extensa bibliografia foi sistematizada pela professora a partir de tópicos mais frequentemente pesquisados e constituiu-se em leitura obrigatória para quem deseja enfrentar a temática da fronteira.

O livro clássico intitulado “The significance of the frontier in American History” do professor americano Frederic Turner resumiu as principais características do desenvolvimento da história dos E.U.A. O contínuo avanço da fronteira Oeste fez com que cada grupo de novos colonos tivesse que enfrentar situações difíceis e adversas em razão da presença da natureza “selvagem” e dos “povos primitivos”. O caráter inventivo, democrático, trabalhador, na-

¹ Professora da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP/Araquara e da Pós-Graduação em História da Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP/Franca, SP, Brasil.

cionalista e igualitário da nação norte-americana teria sido, portanto, moldado por tais fatores.

Segundo Souza Lopes é possível avaliar o impacto de seu pensamento através da obra de seus seguidores na produção historiográfica norte-americana.

Os intelectuais que estudaram o Leste norte-americano enfatizaram que as instituições políticas inglesas prevaleceram sobre as estadunidenses. Em contrapartida, aqueles que estudaram o Oeste enfatizaram muito mais as características específicas da interação da geografia, dos costumes, da cultura e da ideologia do homem simples que desbravara o Oeste.

Souza Lopes faz uma incursão em estudos que tomaram a fronteira de forma comparativa, mostrando que “a combinação dos ingredientes que gerou o impulso norte-americano era virtualmente única”. Em casos como o Canadá e a Austrália a natureza não ajudou, na América Latina os atores sociais não tiveram comportamentos de pioneiros em busca de novas oportunidades, mas de conquistadores amparados pelo governo, estando ausentes o espírito individualista e a busca constante de melhoria individual.

Os seguidores de Turner também chegaram a afirmar que “os historiadores latino-americanos não se preocuparam em recuperar uma versão de seu passado que legitimasse instituições e governos contemporâneos, de forma que mitos como democracia, liberdade e progresso individual estiveram ausentes na historiografia nacional latino-americana”.

Décadas depois, os novos historiadores do Oeste norte-americano procuraram enfocar as trocas econômicas e culturais entre grupos humanos e mostrar que a expansão do Oeste não foi pacífica, mas cheia de conflitos, negociações, guerras e exclusão social de escravos, indígenas e mexicanos. Estes intelectuais também foram acusados de oferecer uma imagem igualmente parcial do processo histórico.

Ao tratar da fronteira espanhola Souza Lopes apresenta o estudo de Herbert E. Bolton, publicado na década de 1920, onde o autor estuda as instituições espanholas e mexicanas (missões, presídios, pueblos) como parte da herança cultural onde apresenta os missionários religiosos como agentes políticos e civilizatórios que possibilitaram a preservação das comunidades indígenas, ao contrário da experiência norte-americana.

Laura Muñoz, professora do Instituto Mora do México assina o segundo artigo que leva o título “Bajo el cielo ardiente de los trópicos: Las fronteras del Caribe en siglo XIX”.

A autora propõe examinar a multisignificação da fronteira caribenha a partir da análise de livros de viajantes europeus e norte-americanos do século XIX, recuperando a perspectiva do olhar estrangeiro, com a finalidade e

reconstruir a representação que estes fizeram do Caribe e de suas fronteiras.

O mar, as palmeiras, as ilhas, a fauna, os costumes, as vestimentas dos povos se constituíam em imagens que chamaram a atenção dos viajantes os quais retiveram em sua memória representações das fronteiras imaginárias entre o Novo e o Velho Mundo. Para estes, constituíam-se em fronteiras a paisagem agrícola, marcada pela cana-de-açúcar, cujo cultivo estava presente em todas as ilhas, a febre amarela, representando uma espécie de fronteira sanitária onde as imagens do sujo e da doença demarcavam o imaginário do limpo e do ordenado, as fronteiras, representativas de conflitos e antagonismos entre nações, naquilo que podia ser interpretado como espanhol ou inglês, e, se vindo a se constituir, naquela ocasião, em hispano e francês e hispano e norte-americano.

Para autora, as fronteiras identificadas eram várias, formadas de encontros e intercruzamentos, móveis, vivas, porosas, zonas de interação e intercâmbios transculturais. Conclui que não é possível falar de fronteiras de experiências uniformes, muito embora, diz ela, se possa falar da coexistência de fronteiras dentro de uma fronteira, estas não se separam em ilhas, povos, ou culturas, pois mostram mobilidade, diversidade de identidades, união, divisão e interação de espaços e povos.

No artigo “Una frontera permeable: Los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII”, Raul Mandrini e Sara Ortelli, professores do Instituto de Estudos Histórico-Sociais da Universidade Nacional do Centro da Província de Buenos Aires, apresentam um estudo no qual problematizam uma concepção historiográfica que insiste em ver as sociedades indígenas apartadas da sociedade hegemônica branca. Propõem reconstruir uma análise do espaço social, historicamente determinado, onde se encontram e interagem duas ou mais sociedades de fronteira, dando conta de variados processos de relação e interação entre ambas as sociedades.

Os autores entrelaçam, com grande poder de síntese, as relações econômicas, sociais e políticas às quais estas sociedades indígenas se submeteram nas interações com a sociedade branca hispânica, durante os séculos XVII e XVIII na região dos pampas do rio da Prata.

O quarto artigo é assinado pelo professor Leandro Mendes da Rocha, da Universidade Federal de Goiás, intitulado “O Estado, as fronteiras e o trinômio Índio-Deus-Pátria: O caso dos índios Tiryó.” Seu objetivo é estudar alguns projetos indigenistas de setores do Estado brasileiro, destinado às regiões de fronteiras políticas da Amazônia nos anos 60 do século XX. Destaca o papel reservado pelos militares aos índios e as formas como se deram tais relações, sem levar em consideração, como ele próprio diz, “como os índios internalizaram essa realidade”.

Faz uso do conceito de fronteira em seu sentido mais amplo, como “lôcus onde se encontram culturas diferentes, sociedades diferentes, economias diferentes, populações diferentes, enfim, onde ocorrem mudanças quantitativas e qualitativas nas vidas das populações envolvidas como grupos sociais, classes e etnias”. Lança mão de estudos etnográficos realizados pelo Museu Emílio Goeldi do Pará sobre o tema aculturação e algumas revistas que tratam do antigo Serviço de Proteção ao Índio.

Em sua conclusão sublinha “a complexidade representada pela presença de diferentes atores sociais, políticos e econômicos, com interesses próprios, conflitantes ou não, que interagem nas chamadas áreas de fronteira da Amazônia brasileira nos anos 60.”

O quinto artigo denominado “Fronteiras indígenas e identidades chilenas no século XIX”, assinado pelo professor Horácio Gutiérrez trata de um dos problemas centrais para a história social e cultural da América Latina: a constituição de identidades coletivas na relação com outras identidades sociais, hegemônicas ou não. Trata-se de uma das questões centrais da história dos povos colonizados, pois está intimamente ligada à questão da auto-estima e da formação da psicologia social e das mentalidades de determinados povos.

O autor mostra como as imagens em relação ao povo indígena Mapuche foram manipuladas de acordo com os interesses dos donos da poder e da mídia da época.

Leitura obrigatória para quem quer estudar relações de poder e classes sociais e como as imagens de alguns atores sociais são manipulados historicamente por outros.

O artigo “Algodón y la frontera México-Estados Unidos” do professor Casey Walsh, da Universidade Ibero-Americana do México, procura ressaltar a importância do estudo da economia do algodão nos finais do século XIX e início do XX, com o objetivo de estabelecer uma melhor compreensão do que ele chama de “multidimensional fragmentada da comunidade mexicana” que vive do lado dos Estados Unidos e que tem protagonizado uma complexa posição de sujeito nas fronteiras de estados, culturas e gêneros.

O autor conclui propondo uma metodologia de abordagem para futuras pesquisas: “em lugar de utilizar narrativas que apresentem uma experiência ‘fronteira’ generalizada para explicar diferentes zonas fronteiriças, os estudos sobre fronteira, em cada região da América Latina, deveria analisar as histórias produtivas e políticas particulares que constituem cada região, assim como, as vidas de seus habitantes”.

No sétimo artigo, intitulado “Tênuas fronteiras de memórias e esquecimento: a imagem do brasileiro

jecamacunaímico”, Jacy Alves de Seixas faz um longo percurso teórico trabalhando as relações entre memória, esquecimento e história com o objetivo de destacar ao final do texto alguns ícones identitários da nacionalidade brasileira, Jeca-Tatu e Macunaíma. A autora resgata figuras sócio-psíquicas, enrustidas e recalçadas construídas em relação a outras, ensejando percepções ambíguas, conduzindo a esquecimentos de sujeitos sociais, políticos e históricos. O leitor mais afinado com processos sociais e históricos concretos fica a se indagar questões do tipo para além de como tais representações foram construídas, quem, enquanto sujeito histórico, se identificaria com elas? Como a própria autora diz, “faces de uma mesma figura nacional, de um só rosto identitário, de uma única estética nacional” (p.180).

Em “Personagens fronteiriços. Os Guaikurú conforme a Viagem Filosófica da A. R. Ferreira e a Viagem pitoresca e histórica de Debret”, a professora Maria de Fátima Costa da Universidade Federal de Mato Grosso busca “discutir o significado das representações sobre os índios Guaikurú tanto no contexto da história deste povo como nas circunstâncias em que as mesmas foram realizadas, numa interface”, segunda ela, “entre história e história da arte”. No século XVI foram descritos como “a gente mais indômita e inimiga dos espanhóis e de todo o gênero humano, por seu exercício de matar e cativar”. No século XVII, era um povo indígena guerreiro que vivia no Pantanal, tinham se tornado eqüestres quando os espanhóis trouxeram o cavalo para a América e desafiado espanhóis e portugueses em muitas batalhas (p.187).

Em relação ao século XVIII, a autora usa outras fontes: três imagens de J. B. Debret, de José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, companheiros de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua “Viagem Filosófica”; escritos do jesuíta José Sánchez Labrador que viveu com os indígenas na missão de Belém entre 1760 e 1766; a carta que Alexandre Rodrigues Ferreira escreveu ao capitão-general de Mato Grosso; a História dos índios cavaleiros ou da nação Guaycuru de Francisco Rodrigues Prado, escrita em 1795; e o Parecer sobre o aldeamento dos Índios Uaicurús e Guanás, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes.

Ao longo do texto a autora contrapõe algumas fontes entre si para chegar à conclusão de que: “... procuram apresentar os Guaikurú não mais como selvagens e indômitos guerreiros, e sim como índios em pleno processo de aculturação...” (p. 217).

A autora identifica atitudes de manipulação em relação a alguns autores que produziram representações sobre este povo, as quais foram confeccionadas em tempos diversos, que vai do século XVI ao XIX e com os propósitos mais diversos, científicos, oficiais e estéticos.

No artigo “Encantos e Conquistas do Oeste: Desvendar fronteiras e construir um lugar político” a professora Márcia Naxara procura retomar textos escritos em três momentos diferentes, 1863, 1883 e 1945, por autores que viajaram em expedições científicas e exploratórias e contribuíram para a elaboração, como diz a autora, da “idéia de ‘conquista do oeste’, noção de grande penetração na cultura historiográfica paulista”.

Tais narrativas foram escritas pelo general Agenor Couto de Magalhães que, em 1862, escreveu “Encantos do Oeste”, e Joaquim de Almeida Leite Moraes, que, em 1881, escreveu “Apontamentos de Viagem”. Ambos foram presidentes da Província de Goiás na época imperial e realizaram viagens ao interior do país.

A pesquisadora busca destacar a presença de um tipo de sensibilidade romântica neste gênero de literatura de viagem a qual se pretendia objetiva e contrapunha com muita frequência noções antitéticas de ‘civilização’ e ‘barbárie’, tendo mesmo assim, na ocasião, a pretensão de se apresentarem como uma leitura objetiva da realidade.

Estudo relevante que contribui com uma parcela de compreensão e problematização da dimensão subjetiva e impressionista deste tipo de literatura, incorporada muitas vezes de forma acrítica à construção de certa cultura historiográfica, não só no que diz respeito ao tema da conquista do oeste, mas também a inúmeros outros que foram incorporados aos escritos de historiadores acadêmicos de ilibada competência.

Em “Cartografias da alegria ou a diversão do Nordeste: as imagens do regional no discurso tropicalista” do professor Durval Muniz de Albuquerque Jr. trabalha com entrevistas e canções criadas pelos tropicalistas com o objetivo de compreendê-las como produtores de um discurso que integra e interpenetra as fronteiras tênues dos mais diversos elementos, supostamente contrapostos, entre o nacional e o regional, o arcaico e o moderno, o racional e o instintivo bem como outras noções bipolares que pretendiam explicar os muitos brasis presentes em uma construção identitária que se via como una.

E, finalmente, em “Personagens fronteiriços em tempos de guerra: a região Platina (1811-1820)”, a professora Heloísa Jochims Reichel da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, procura destacar as dimensões do social e do cultural no tocante ao conceito fronteira. Ao focar agentes sociais tais como os estancieiros, peões de estância (gaúchos), comerciantes de gado e couro, contrabandistas e militares sediados na região Platina, personagens representantes de grupos sociais aos quais pertenciam, compunham mais do que uma linha divisória, uma zona de contato e de intercâmbios. A autora busca ressaltar que mesmo em períodos de guerra, quando os antagonismos estão mais presentes, os interesses dos grupos sociais falavam mais

alto, e, buscavam através da fronteira defendê-los como uma alternativa às suas necessidades e sonhos.

Trata-se, portanto, de uma iniciativa de grande envergadura por abarcar acadêmicos internacionais, temas de interesse mundial e bibliografia atualizada de escopo latino-americano. Os cientistas sociais, historiadores e lingüistas engajados em pesquisas culturais, sociais, políticas e econômicas referentes ao tema fronteira não podem deixar de lê-la.